

A INSERÇÃO E O RENDIMENTO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL DO BRASIL

Priscila Gomes de Castro¹

Felipe de Figueiredo Silva²

João Eustáquio de Lima³

Área temática: 3 -Demografia e Mercado de Trabalho

RESUMO: O aumento da taxa de desemprego entre os jovens e a precarização das condições de trabalho são problemas persistentes em vários países, inclusive no Brasil. Diante disso, o objetivo geral desse trabalho é analisar os principais determinantes da inserção dos jovens de 16 a 25 anos no mercado de trabalho na região Sul do país, assim como os fatores que influenciam os rendimentos desse segmento populacional. Os resultados de um modelo de seleção amostral, utilizando dados da PNAD, mostraram que fatores como os anos de educação, o gênero, a raça, a renda familiar do jovem, e a posição de chefe ou cônjuge que este jovem assume no domicílio, influenciam na decisão de inserção no mercado de trabalho nesta região do país. Ademais, os anos de estudo influenciam positivamente os rendimentos dos jovens, enquanto o fato do jovem ser do sexo feminino diminui o seu rendimento em relação aos rendimentos dos jovens do sexo masculino.

Palavras-chave: jovens no mercado de trabalho; modelo de seleção amostral; região Sul do Brasil.

¹ Doutoranda em Economia Aplicada – Universidade Federal de Viçosa; prigomesc@yahoo.com.br

² Doutorando em Economia Aplicada – Universidade Federal de Viçosa; fsilva@hotmail.com

³ Professor Titular do Departamento de Economia Rural – Universidade Federal de Viçosa; jlina@ufv.br

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o mercado de trabalho urbano passa por uma reestruturação frente à maior competitividade econômica e às mudanças provocadas pelo crescimento e dinamização nos setores produtivos. O aumento da taxa de desemprego, a precarização das relações de trabalho, a redução da renda média da população são algumas características que assolam de forma distinta os diferentes grupos populacionais neste mercado de trabalho (SOUZA *et.al*, 2003). Nesse sentido, a dificuldade em relação ao crescimento da oferta de trabalho resulta em taxas de desemprego elevadas, principalmente entre os jovens.

Como integrantes da população economicamente ativa, os jovens apresentam características próprias que lhes atribui uma situação mais adversa no mercado de trabalho. Primeiramente, esse grupo passa pelo processo de transição das atividades educacionais para o trabalho, muitas vezes tendo que conviver com essas duas atividades que lhes impõe exigências distintas (BASTOS e MATOS, 2007). Também, a falta de experiência e a busca por tal experimentação, é uma característica que, pelo menos momentaneamente, pode dificultar a obtenção de um emprego e ocasiona rendimentos menores (LOURENÇO, 2002). Além disso, a posição do jovem na esfera familiar, na maioria das vezes não sendo o chefe de família, e sim um dependente, proporciona ou estimula uma instabilidade ocupacional (ROCHA, 2008; SARRIERA *et.al*, 2000). Diante desse quadro, o problema de pesquisa desse trabalho consiste justamente em entender quais variáveis e em que intensidade elas influenciam a inserção dos jovens urbanos no mercado de trabalho, assim como os rendimentos desse grupo. No entanto, esse não é um problema exclusivamente brasileiro.

Na União Europeia a taxa de desemprego entre os jovens tem aumentado diante da crise do euro, estando na média de 22%. As situações mais críticas são na Espanha, onde 50,5% dos jovens menores de 25 estão desempregados e na Grécia com 50,4% (EUROSTAT, 2012). No Brasil, entre os jovens de 16 a 25 anos a taxa de desemprego é de 16,04%, enquanto a média da população geral é de 10% (IBGE, 2012). Apesar de serem menores que as taxas europeias, as taxas brasileiras de desemprego entre os jovens revelam que é um dilema para o país a questão da exclusão social dos jovens no mercado de trabalho. E este problema é ainda acentuado pelas disparidades regionais brasileiras. A região Nordeste apresenta a maior taxa de desemprego entre os jovens brasileiros de 16 a 25 anos, sendo 18,7%, seguida das regiões Norte (16,6%) e Sudeste (16%). Já a região Centro-Oeste apresenta uma taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 25 anos menor que a média

nacional, sendo 14,8%. E por fim, a região Sul apresenta o menor percentual de desemprego entre os jovens brasileiros dessa faixa etária, 11,5%⁴.

Dessa forma, a região Sul do país, que engloba os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi escolhida como área de investigação, por ser uma das regiões mais dinâmicas do país e possuir os menores índices em termos de desemprego geral e entre os jovens nas regiões brasileiras. Pelos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o ano de 2011, a região apresentava uma taxa média de desemprego da população geral de 8,7%, abaixo da média brasileira que foi 10%. O desemprego entre os jovens de 16 a 25, anteriormente relatado, 11,5%, também esteve abaixo da média do país que foi 16,04%. No entanto, dentro da própria região Sul existem disparidades entre os estados, o que torna mais instigante a análise da inserção dos jovens e seus rendimentos nesta região.

Em relação à delimitação da fase jovem, escolheu-se trabalhar com os limites de idade de 16 a 25 anos. De fato, na legislação trabalhista brasileira o indivíduo estará apto ao trabalho a partir dos 16 anos, quando poderá ter carteira de trabalho, mesmo havendo a possibilidade de aprendizes na faixa de 14 a 24 anos. Além disso, trabalhar-se-á com os jovens urbanos, remetendo o problema da inserção no mercado de trabalho às cidades.

Sendo assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar os principais determinantes da inserção dos jovens urbanos de 16 a 25 anos no mercado de trabalho na região sul do país, assim como os fatores que influenciam os rendimentos do grupo. Os objetivos específicos são: a) verificar a decisão de participação dos jovens urbanos no mercado de trabalho da região sul do país; e b) verificar os determinantes e a média do rendimento dos jovens de 16 a 25 anos que trabalham na região sul.

A partir dessa introdução, esse estudo está dividido em mais quatro seções. A primeira apresenta uma breve revisão da literatura nacional sobre o tema da inserção dos jovens no mercado de trabalho nacional. A seção seguinte discute a metodologia do trabalho, apresentando os procedimentos econométricos adotados, o modelo analítico e a fonte de dados. Posteriormente, nos resultados e discussão, há uma análise descritiva dos dados da PNAD de 2011 relativos ao tema, e os resultados do modelo em questão. Na última seção apresentam-se as conclusões do estudo.

⁴Essas taxas foram calculadas pelos autores, a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2011.

1 BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Na literatura nacional, um dos trabalhos de referência sobre o tema em questão é o de Pochmann (2000), que discute a inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990. A partir de uma análise dos dados da PNAD, o autor explica que houve uma deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho nesse período. Isso teria ocorrido em parte devido a diminuição do emprego assalariado nesse grupo da população e o aumento do emprego por conta própria. Nesse sentido, também ocorreu uma redução do número de jovens com carteira assinada no país, o que diminuiu a proteção social aos mesmos.

O trabalho de Flori (2003) analisa a estrutura do desemprego entre os jovens procurando identificar os motivos da taxa de desemprego dos jovens ser muito superior à dos adultos. Neste trabalho, a autora concluiu que a causa do alto desemprego dos jovens não está na dificuldade em conseguir o primeiro emprego, mas sim na alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho.

Para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, Braga e Rodarte (2006), utilizando dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego)⁵, mostraram que jovens pobres, negros e mulheres jovens apresentam maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ou seja, a taxa de desemprego é maior. Dentre as causas do maior desemprego entre os jovens, os autores destacaram a falta de experiência em ocupações formais e as mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

O trabalho de Silva e Kassouf (2002a) avalia especificamente a magnitude e os determinantes do desemprego entre os jovens brasileiros, utilizando dados da PNAD de 1998. Inicialmente, as autoras buscaram identificar os determinantes da decisão de alocação do tempo dos jovens considerando seis possibilidades: só trabalhar; só estudar; estudar e cuidar de afazeres domésticos; combinar trabalho e escola; só cuidar de afazeres domésticos; não realizar nenhuma dessas atividades. Os resultados obtidos de um modelo logitmultinomial mostraram que a escolaridade e idade do chefe de família, o número de pessoas na família com mais de 7 anos de idade e a renda familiar foram as variáveis mais importantes na decisão de os jovens estudarem, independente de trabalharem ou não. Por outro lado, o aumento da idade do jovem e o maior número de crianças na família contribuíram para aumentar a probabilidade dos jovens trabalharem.

⁵Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Distrito Federal.

Em outro trabalho com dados da PNAD, Silva e Kassouf (2002 b) estimaram um modelo logitmultinomial para as probabilidades dos jovens brasileiros se encontrarem, em um determinado instante do tempo, em três situações: inativo, ativo e empregado, ou ativo e desempregado. Os resultados mostraram que a probabilidade de desemprego foi menor com o aumento da experiência do jovem no mercado de trabalho, para os homens e as mulheres residentes em áreas urbanas. Também, as autoras encontraram indícios de discriminação racial contra os negros na ocupação das vagas de trabalho. Além disso, verificaram que a probabilidade de desemprego é maior para o jovem de renda familiar mais baixa.

Especificamente para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Bastos e Matos (2007) estimaram, através de modelos logit e com dados da PED, os efeitos de variáveis demográficas e socioeconômicas sobre a probabilidade de um jovem estar ocupado na região. Os resultados dos modelos mostraram que as variáveis sexo, idade e escolaridade tiveram impactos relevantes sobre a chance de um jovem estar trabalhando na RMPA. No que se refere especificamente ao sexo, o resultado foi o de que os homens jovens possuem uma chance muito superior à das mulheres jovens de estarem ocupados. Sobre a renda domiciliar do jovem, os resultados mostraram que esta teve um impacto direto, mas de pequena magnitude, na chance de o jovem estar ocupado. Por fim, a variável explicativa escolaridade do chefe de domicílio, apresentou um impacto negativo sobre a chance de o jovem estar ocupado.

Por essa breve revisão da literatura nacional percebe-se que o tema da inserção dos jovens do mercado de trabalho brasileiro tem sido estudado em diferentes dimensões e tem mostrado resultados de interesse para o âmbito governamental. No entanto, o objetivo proposto neste estudo específico, que é verificar conjuntamente a inserção dos jovens no mercado de trabalho e seus rendimentos na região sul do país, ainda não foi bem explorado nas pesquisas nacionais.

2 METODOLOGIA

2.1 Procedimentos econométricos e modelo analítico

No intuito de avaliar a inserção dos jovens no mercado de trabalho e seus rendimentos na região sul do país, utilizou-se o modelo Tobit II, também conhecido como modelo de

seleção amostral. Uma forma comum de seleção amostral é o truncamento ocasional (GREENE, 2003), que é usado neste trabalho. Para a determinação dos rendimentos, se o jovem estiver trabalhando no momento da pesquisa, observa-se seu salário. No entanto, para os jovens fora da força de trabalho, não se pode observar o seu rendimento. Dessa forma, o truncamento é ocasional porque depende de outra variável, a inserção do jovem no mercado de trabalho, que por sua vez depende de uma série de outras variáveis.

Assim, a abordagem econométrica desse modelo de seleção amostral consiste em especificar duas equações: uma para a variável de interesse, que nesse caso é o rendimento dos jovens, e outra, denominada equação de seleção envolvendo a inserção dos jovens no mercado de trabalho para explicar a ocorrência da variável de interesse.

Na equação de seleção, considerando Y_i^* como uma variável latente representativa da participação dos jovens no mercado de trabalho, tem-se que:

$$Y_i^* = \alpha' Z_i + \mu_i \quad i=1, 2, 3, \dots, N \quad (1)$$

e observa-se

$$\begin{aligned} Y_i &= 1 & \text{se } Y_i^* > 0 \\ Y_i &= 0 & \text{se } Y_i^* \leq 0 \end{aligned}$$

Neste caso, Y_i é uma variável de escolha binária que define a inserção ou não do jovem no mercado de trabalho e Z_i denota o vetor de variáveis exógenas que determinam a decisão de participar ou não da força de trabalho. Já μ é o termo de erro aleatório. A partir disso, a equação de rendimentos segue o modelo de regressão abaixo:

$$W_i^* = \beta' X_i + v_i \quad i=1,2,3,\dots,n \quad (2)$$

e observa-se

$$\begin{aligned} W_i &= W_i^* & \text{se } Y_i^* > 0 \\ W_i &= 0 & \text{se } Y_i^* \leq 0 \end{aligned}$$

W_i^* é uma variável latente que representa o rendimento do jovem. O vetor de variáveis exógenas é X' , que determina o nível de rendimento, e v_i é o termo de erro aleatório. Como W_i é observada somente quando Y^* for maior que zero, o seu valor esperado é definido conforme segue:

$$E(W_i | Y_i^* > 0) = \beta' X_i + \rho \sigma_v \lambda_i \quad (3)$$

em que ρ é o coeficiente de correlação entre os erros dos modelos (1) e (2); σ_v é o desvio-padrão de v ; e λ , a razão inversa de Mills ⁶ ($\lambda = \frac{\phi}{\Phi}$), sendo ϕ e Φ as funções normais de densidade de probabilidade e acumulada, respectivamente.

O modelo de seleção amostral pode ser estimado pelo procedimento de Heckman ou por Máxima Verossimilhança (CAMERON e TRIVEDI, 2009). O método de Heckman consiste em uma estimação de dois estágios, sendo que no primeiro estima-se por máxima verossimilhança a equação de seleção e obtêm-se os α para o cálculo da razão inversa de Mills. No segundo estágio estima-se por MQO a equação de interesse, na qual $Y_i^* > 0$ e se obtém as estimativas de β e σ_v (GREENE, 2003). O método de máxima verossimilhança também é composto por duas partes, sendo que uma descreve a escolha binária e determina a probabilidade $P(Y_i=1)$ ou $P(Y_i=0)$ e a outra descreve a distribuição de W_i a partir de $Y_i=1$. Consideradas as probabilidades constrói-se a função de verossimilhança, que quando maximizada gera as estimativas para os parâmetros β (equação 2) e α (equação 1). Neste estudo, empregou-se o método de máxima verossimilhança que produziu resultados mais robustos.

A partir dessas considerações sobre o modelo de seleção amostral, parte-se para a descrição das variáveis exógenas utilizadas na equação de seleção.

$$Z_i = \alpha_1 + \alpha_2 EDU_i + \alpha_3 LNRFi + \alpha_4 GEN_i + \alpha_5 COR_i + \alpha_6 CHEFE + \alpha_7 UF2 + \alpha_8 UF3 \quad (4)$$

em que, α_j ($j = 1$ a 8) são os parâmetros a serem estimados; EDU , expressa a educação do jovem em anos de estudo; $LNRFi$ é o logaritmo natural da renda mensal total de todas as fontes de renda da família do jovem, menos os rendimentos dos jovens, em R\$; GEN , é uma variável *dummy* que assume o valor um se o jovem for do sexo feminino e zero se for masculino; COR é uma *dummy* que assume o valor 1, se o jovem é de cor negra, parda amarela ou indígena e 0 no caso de branco; $CHEFE$ é uma variável binária em que 1 representa os jovens que são chefes de família ou cônjuges e 0 caso contrário; $UF2$ e $UF3$ são *dummies* que expressam respectivamente o estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sobre a educação, espera-se uma relação positiva com a inserção dos jovens no mercado de trabalho, no sentido que, quanto maior o tempo de estudo maior a chance de se inserir no mercado de trabalho, devido à maior qualificação. A variável renda familiar pode

⁶ É através dessa razão inversa de Mills que se define o viés de seleção amostral.

apresentar uma relação ambígua com a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Pode ser negativa indicando que, quanto maior a renda da família menor a necessidade do jovem trabalhar cedo e assim poder se dedicar mais aos estudos. Porém, pode ser positiva, na medida em que ao estudar mais o jovem se torna mais qualificado, o que atinge diretamente sua inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao gênero, acredita-se que a *dummy* deva ter sinal negativo devido à possível discriminação em relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Por sua vez, a *dummy* em relação à raça busca verificar a discriminação racial no mercado de trabalho, em relação a não brancos, por isso espera-se que seja negativa. A variável chefe deve ter uma relação positiva com a inserção, uma vez que o jovem que é chefe de domicílio tem a necessidade de sustentar a família e buscar mais arduamente trabalho. As *dummies* para os estados UF2 e UF3 consideram como base o estado do Paraná e comparam se há diferença na inserção dos jovens entre os estados da região sul. Acredita-se haver diferenças na inserção dos jovens nos estados da região, e dessa forma, espera-se que as *dummies* sejam estatisticamente significativas.

A equação de interesse é a equação de rendimentos expressa abaixo:

$$\ln W_i = \beta_1 + \beta_2 EDU_i + \beta_3 GEN_i + \beta_4 COR_i + \beta_5 \lambda_i + v_i \quad (5)$$

em que, $\ln W_i$ é o logaritmo natural do rendimento oriundo de qualquer trabalho do jovem de 16 a 25 anos; β_j ($j = 1$ a 5) são os parâmetros a serem estimados; λ é a razão inversa de Mills; e v_i , o termo de erro aleatório; sendo as demais variáveis definidas conforme a equação de seleção anterior.

Nessa equação de interesse, espera-se que o rendimento aumente linearmente com a escolaridade do jovem, remetendo novamente à questão da maior qualificação. Também, se inclui *dummies* de gênero e raça no intuito de se verificar uma possível discriminação em relação aos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho. Novamente, para essas duas *dummies* espera-se encontrar os mesmos sinais negativos que na equação de seleção.

Para os modelos analíticos, relativos à inserção e rendimento dos jovens no mercado de trabalho na região Sul, a estimação econométrica foi executada no software STATA 12.

2.2 Fonte de dados

A fonte de dados desse trabalho é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) que realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Essa pesquisa apresenta uma série de dados sobre os padrões socioeconômicos dos indivíduos brasileiros. Por se tratar de milhares de individuais, os dados da PNAD são denominados microdados e englobam informações dos mais diversos tipos, como: região de domicílio, idade, raça, sexo, número de membros na família, rendimentos familiares, rendimento de trabalho, nível de escolaridade, número de horas trabalhadas, entre outros.

Para os objetivos do artigo, utilizou-se a PNAD de 2011 e foram selecionados os dados dos estados da região Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e chegou-se a uma subamostra de 5.604 observações para os jovens urbanos de 16 a 25 anos. Para essa amostra se incorporou o desenho amostral complexo, em que há uma combinação de vários métodos probabilísticos de amostragem, e não apenas a aleatória simples para a seleção de uma amostra representativa da população⁷.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Análise preliminar dos dados

Inicialmente, apresentam-se na Tabela 1 algumas estatísticas descritivas, relacionadas aos dados utilizados nos modelos, sobre as características dos jovens de 16 a 25 anos na Região Sul do Brasil e nos distintos estados que a compõem.

Tabela 1 - Características dos jovens de 16 a 25 anos - Região Sul, Brasil, 2011

⁷No caso do desenho de amostragem complexa, a análise estatística tradicional, baseada na amostragem aleatória simples, pode produzir incorreções tanto para as estimativas médias como para as respectivas variâncias, comprometendo os resultados, os testes de hipóteses e as estimativas (SZWARCOWALD e DAMACENA, 2008).

Características	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Proporção de jovens desempregados	11,5%	12,41%	9,37%	12,96%
Proporção de mulheres jovens desempregadas	15,05%	16,45%	9,78%	16,89%
Proporção de jovens negros, pardos, amarelos ou indígenas desempregados	14,40%	13,16%	12,34%	17,93%
Proporção de jovens chefes de família desempregados	10,13%	11,55%	6,05%	11,33%
Média da renda pessoal do jovem	R\$ 799,00	R\$ 779,00	R\$ 913,00	R\$ 747,00
Média da renda familiar do jovem	R\$ 2.018,00	R\$ 2.007,00	R\$ 2.214,00	R\$ 1.900,00
Média dos anos de estudo dos jovens	11 anos	11,04 anos	11,89 anos	10,57 anos

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, 2011.

Em relação aos jovens desempregados, a taxa de desemprego média da região Sul é de 11,5%, sendo a maior taxa no Rio Grande do Sul (RS), 12,96%, e a menor em Santa Catarina (SC), 9,37%. Quando se analisa apenas as mulheres jovens desempregadas, a taxa de desemprego é maior 15,05%, e entre os estados novamente a maior é no RS 16,89%, seguida do Paraná (PR) 16,45% e a menor em SC (9,78%). Por esses dados, há indícios de uma maior dificuldade de inserção das mulheres jovens no mercado de trabalho da região Sul, com exceção de Santa Catarina.

Ainda, sobre a proporção de desempregados, quando se verifica a taxa para o grupo de jovens negros, pardos, amarelos e índios, essa é maior que a taxa de desemprego geral para os jovens, tanto na média da região sul como em cada estado, sendo a maior diferença no RS. Ou seja, aparentemente, haveria uma maior dificuldade de inserção desse grupo no mercado de trabalho dessa região. Quando se observa os jovens que são chefes de família ou cônjuges, percebe-se que a taxa de desemprego do grupo é um pouco menor que a taxa geral para os jovens da região sul. Exceção para o estado de SC, em que essa taxa é consideravelmente menor 6,05%.

Sobre a renda pessoal dos jovens, a média da região sul é de R\$799, sendo a maior em SC, R\$913. Nos estados do PR e RS a média dos rendimentos dos jovens foi R\$ 779 no primeiro e R\$ 747 no segundo. A média da renda familiar na região é de R\$2.018, e novamente SC apresenta a maior média R\$2.214, sendo no Paraná R\$2.007 e no Rio Grande

do Sul, R\$1.900. No que diz respeito aos anos de estudo dos jovens, a média da região é 11 anos, com pequenas variações entre os estados.

Associado à renda pessoal, o gênero ocasiona distorções nos rendimentos entre os jovens, como pode ser visto na Figura 1. Dentre os jovens do sexo masculino, 25% recebiam até um salário mínimo, enquanto, entre os jovens do sexo feminino, essa participação era equivalente a 36%. Esse comportamento é percebido também em faixas de renda superiores, por exemplo, acima de três salários mínimos. Para esta última faixa, o percentual de jovens homens (8%) é duas vezes maior do que o percentual de mulheres jovens (4%).

		Faixa de Renda		
		Até R\$545	R\$545-R\$1635	+ R\$1635
Gênero	Homem	0,2538	0,6683	0,078
	Mulher	0,3611	0,5996	0,0394
	Total	0,3022	0,6373	0,0606

Figura 1 – Relação entre gênero e faixas de renda pessoal – Região Sul, Brasil, 2011.

Fonte:Elaboração própria,a partir dos dados da PNAD, 2011.

A educação também é vista como determinante dos rendimentos. Essa associação está representada na Figura 2. Dentre os jovens que tinham até 8 anos de estudo, 99% recebiam menos do que três salários mínimos⁸, com destaque para o percentual de jovens que recebiam menos do que um salário (43%). Esse quadro muda com o acréscimo de anos de estudo, indicando uma relação positiva entre educação e rendimentos dos jovens. Tal fato fica evidente quando analisados os jovens que detinham mais de 12 anos de estudo, uma vez que 16% desses jovens recebiam mais de três salários mínimos.

		Faixa de Renda		
		Até R\$545	R\$545-R\$1635	+ R\$1635
Faixa de Anos de Estudo	Até 8 anos	0,4306	0,5563	0,0131
	8 a 12 anos	0,3041	0,6541	0,0418
	+ 12 anos	0,2004	0,6372	0,1625
	Total	0,3022	0,6373	0,0606

Figura 2 – Relação entre faixas de anos de estudo e faixas de renda pessoal – Região Sul, Brasil, 2011.

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2011.

⁸ Foi considerado o valor do salário mínimo relativo ao ano de 2011.

Como o contexto familiar é considerado um alicerce para o desenvolvimento do jovem, também seria um dos determinantes do nível educacional dos mesmos. Portanto, é possível relacionar a faixa de renda familiar, representando o aporte financeiro da família, e a educação dos jovens (Figura 3). É possível perceber que famílias com rendas superiores estão associadas aos jovens com maior nível educacional. Esse comportamento é evidenciado quando se comparam os jovens inseridos em famílias com renda inferior a um salário mínimo e superior a três salários – o percentual de jovens com mais de 12 anos de estudo dobra, de 13,5% para 27%.

Faixa de Renda Familiar		Faixa de Anos de Estudo		
		Até 8 anos	8 a 12 anos	+ 12 anos
	Até R\$545	0,23	0,6244	0,1356
	R\$545-R\$1635	0,1632	0,7193	0,1174
	+ R\$1635	0,0803	0,6468	0,2698
	Total	0,1392	0,6725	0,1884

Figura 3 – Relação entre faixas de renda familiar e faixas de anos de estudo – Região Sul, Brasil, 2011.

Fonte:Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, 2011.

Este último resultado dá suporte à hipótese de que a renda familiar afeta positivamente a inserção do jovem no mercado de trabalho, mesmo que indiretamente. Isso decorre do incentivo ou da oportunidade dada ao jovem de frequentar a escola ou qualquer outra instituição de ensino por um maior período quando a família detém uma renda maior.

3.2 Determinantes da inserção e do rendimento dos jovens no mercado de trabalho

Com base na Tabela 2, deve-se notar que, nos modelos relativos à inserção e rendimento dos jovens no mercado de trabalho na região Sul, a maioria das variáveis foi estatisticamente significativa pelo menos a 5%, o que pode indicar uma escolha adequada dos mesmos. Para reforçar tal fato, a estatística F, que mostra a significância global do modelo foi altamente significativa, demonstrando assim, uma possível adequação das variáveis explicativas ao modelo. Na Tabela 2, *rho* é o coeficiente de correlação entre os erros dos dois modelos, e apresenta um valor alto e extremamente significativo. O coeficiente *lambda* é a estimativa do coeficiente da variável λ na expressão 3, ou seja, a razão inversa de Mills. Nota-se que

λ é significativo a 1% de probabilidade, indicando que a sua inclusão era necessária para se evitar o viés de seletividade amostral⁹.

Tabela 2 - Determinantes da inserção e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho - Região Sul, Brasil, 2011

Modelo 1: Inserção dos jovens					
Variável	Coefficientes	D.P	Z	Valor p	Efeito Marginal
EDU	0,0289245	0,0061127	4,73	0,000	0,0076923***
GEN	-0,3077044	0,0447206	-6,88	0,000	-0,0828666***
LNRF	0,0258133	0,0067032	3,85	0,000	0,0068649***
COR	-0,1530256	0,0536535	-2,85	0,004	-0,0421478***
CHEFE	0,4018096	0,0494302	8,13	0,000	0,1006371***
UF2	0,1470327	0,060196	2,44	0,015	0,0377246**
UF3	-0,021828	0,0447347	-0,49	0,626	-
Constante	0,4207744	0,0981988	4,28	0,000	-
Modelo 2: Rendimento dos jovens					
Variável	Coefficientes	D.P	t	Valor p	Efeito Marginal
EDU	0,0586218	0,0060041	9,76	0,000	0,0710493***
GEN	-0,1632149	0,0355725	-4,59	0,000	-0,2968503***
COR	0,0353826	0,0412099	0,86	0,391	-
Constante	6,156546	0,0723393	85,11	0,000	-
<i>rho</i>	-0,9583453	0,006368	150,4	0,000	
<i>lambda</i>	-1,075012	0,055782	19,27	0,000	
F(3, 705) = 37,21			Prob> F = 0,0000		

Fonte: Resultado da pesquisa.

Nota: ***estatisticamente significativo a 1%; **significativo a 5%.

Observa-se no primeiro modelo, de inserção dos jovens no mercado de trabalho, que das sete variáveis explicativas, apenas UF3 não foi estatisticamente significativa. Como UF3 representa o estado do Rio Grande do Sul, isso significa que a probabilidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho desse estado não seria diferenciado Paraná (estado base). Esse fato também remete às estatísticas descritivas anteriormente apresentadas, nas quais as taxas de desemprego entre os jovens nos dois estados eram bem semelhantes.

Para analisar a influência das demais variáveis sobre a probabilidade do jovem de 16 a 25 da região Sul entrar para a força de trabalho, utilizaram-se os efeitos marginais de cada uma das variáveis em questão. A variável relativa à educação (EDU), expressa em anos de estudo, apresentou o sinal positivo esperado. Seu efeito marginal indica que, se aumentar um ano de estudo do jovem, em média, a probabilidade deste se inserir no mercado de trabalho

⁹Se não fosse empregado o Modelo de Seleção Amostral, a equação de rendimentos dos jovens, ou seja, o modelo 2, apresentaria problema de viés de seleção as estimativas seriam viesadas e inconsistentes.

aumenta em 0,76 pontos percentuais (p.p). O resultado confirma o esperado, quanto maior os anos de estudo, melhor deve ser a qualificação, e dessa forma, maior a chance de entrar para o mercado de trabalho. Esse resultado remete ao trabalho de Bastos e Matos (2007), que também encontraram um efeito positivo da educação sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre.

Em relação a variável de gênero, essa representa a inserção da mulher jovem no mercado de trabalho, e como esperado apresentou sinal negativo. Pelo efeito marginal, se o jovem for do sexo feminino, a chance de se inserir no mercado de trabalho diminui em 8,28 pontos percentuais. Esse resultado é condizente com a estatística descritiva que já apontava para uma maior dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho em relação aos jovens do sexo masculino. Ou seja, há indícios que na região Sul do país há certa diferença de gênero quanto à participação no mercado de trabalho. Análogo a esse resultado, Bastos e Matos (2007) e Braga e Rodarte (2006) também encontraram em seus trabalhos a desvantagem feminina na inserção no mercado de trabalho, respectivamente na região metropolitana de Porto Alegre e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador.

A variável logaritmo da renda familiar (*LNRF*) apresentou sinal positivo em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho. De acordo com os resultados, o aumento em 1 % na renda familiar do jovem aumenta em 0,68 p.p a chance do jovem se inserir no mercado de trabalho. Esse resultado é condizente com a hipótese que quando a renda familiar aumenta, o jovem tem a oportunidade de estudar por um período maior de tempo e assim, quando se apresenta ao mercado de trabalho sua chance de inserção é maior – resultado também encontrado na análise preliminar dos dados. Apesar de Bastos e Matos (2007) analisarem a renda domiciliar ao invés da renda familiar, também encontram resultado semelhante ao deste trabalho, ou seja, um impacto positivo, porém de pequena magnitude, sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho.

A relação negativa da variável COR com a inserção no trabalho mostra que, se o jovem é negro, pardo, amarelo ou indígena sua chance de inserção no mercado de trabalho é 4,2 p.p menor que a chance de um jovem branco. Ou seja, pelos resultados do modelo parece haver uma distinção racial na inserção dos jovens no mercado de trabalho da região sul do Brasil. Silva e Kassouf (2002b) e Braga e Rodarte (2006) também encontraram evidência de discriminação racial para o Brasil e para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, respectivamente.

Sobre a variável relativa ao jovem ser chefe de domicílio ou cônjuge, essa apresentou o sinal positivo esperado em relação à participação do jovem no mercado de trabalho. Pelos

dados, o fato do jovem ser chefe ou cônjuge aumenta em média 10 p.p.a probabilidade dele se inserir no mercado de trabalho - em comparação aos jovens que em um domicílio são filhos, agregados, outros parentes, etc. Isso pode se relacionar ao fato desses jovens, chefes ou cônjuges, apresentarem maior responsabilidade em relação ao sustento do domicílio e assim maior empenho em participar do mercado de trabalho. Na análise preliminar dos dados, na Tabela 1, esse resultado não estava tão evidente, com exceção para o estado de Santa Catarina.

Os resultados indicam também que há uma diferença em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho de Santa Catarina, ao se comparar com o Paraná e também com o Rio Grande do Sul. Pela variável UF2, se o jovem residir no estado SC a sua probabilidade de se inserir no mercado de trabalho é 3,77 p.p maior do que um jovem do PR e do RS. Ou seja, mesmo na região Sul, existe diferenças entre os estados em termos da participação do jovem no mercado. Nas estatísticas descritivas esse resultado é reforçado quando se observa as diferenças nas taxas de desemprego entre os jovens nos distintos estados.

Já em relação ao segundo modelo que avalia os determinantes dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho, das três variáveis explicativas, apenas uma não foi estatisticamente significativa, e todas apresentaram os sinais esperados. A variável COR não foi significativa, ou seja, não foi determinante dos rendimentos dos jovens. Isso pode indicar que na região Sul do país, apesar de haver uma distinção racial na inserção dos jovens no mercado de trabalho, não há tal diferenciação em termos dos rendimentos recebidos pelos jovens que já estão no mercado de trabalho (Tabela 2).

Sobre os anos de estudo, a variável apresentou relação direta com os rendimentos dos jovens. Pelos efeitos marginais, se aumentar em um ano a instrução do jovem, em média, aumenta em 7,1% o rendimento do mesmo. Dessa forma, a educação é importante tanto para a decisão de participação no mercado de trabalho quanto para o rendimento do jovem. Ou seja, a instrução, a qualificação, são fatores fundamentais no mercado de trabalho.

Ademais, a variável para gênero (GEN) que simboliza, neste caso, o rendimento das mulheres em comparação ao rendimento dos homens, apresentou o sinal negativo. Pelos resultados, se o jovem é mulher, em média os seus rendimentos são 29,6% menores do que os rendimentos dos homens. Novamente, os dados mostram que há discriminação de gênero no mercado de trabalho, tanto em relação à inserção da mulher jovem no mercado, quanto em relação aos seus rendimentos.

4CONCLUSÃO

O aumento da taxa de desemprego entre os jovens é um problema que vem se manifestando em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Brasil os dados revelam que, ainda é um grande dilema para o país a questão da exclusão social dos jovens sobre a forma do desemprego. Frente a essa conjuntura, o objetivo geral desse trabalho foi analisar os principais determinantes da inserção dos jovens urbanos de 16 a 25 anos no mercado de trabalho na região Sul do país, assim como os fatores que influenciam os rendimentos do grupo.

Os resultados mostraram que em termos da participação dos jovens de 16 a 25 anos no mercado de trabalho da região sul do país, fatores como os anos de educação, o fato de o jovem ser chefe do domicílio ou cônjuge, a renda familiar, e o fato de residir no estado de SC influenciam positivamente a decisão de participação no mercado de trabalho. Por outro lado, o fato do jovem ser do sexo feminino diminui a probabilidade de inserção no mercado de trabalho, assim como o fato do jovem ser negro, pardo, índio ou amarelo. Ainda, não se constatou diferenças significativas entre a inserção dos jovens no mercado de trabalho nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Em termos dos rendimentos dos jovens da região sul do país, a média é de R\$799, sendo o maior rendimento médio em SC, R\$913. O modelo mostrou que os anos de estudo influenciam positivamente os rendimentos dos jovens, enquanto o fato do jovem ser mulher diminui o rendimento das mesmas em relação aos homens. Neste caso, a variável cor não foi estatisticamente significativa no modelo, revelando que a questão racial não é determinante dos rendimentos dos jovens na região.

Em geral, o que se percebe é que a educação influencia tanto a inserção no mercado de trabalho quanto os rendimentos dos jovens, mostrando o papel fundamental da qualificação e da capacitação para o grupo. Também, a questão de gênero se mostrou importante no trabalho por revelar a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, tanto em sua inserção quanto em seus rendimentos, se comparado aos homens. No mais, a questão racial se mostrou significativa na inserção dos jovens no mercado trabalho, mas não foi determinante dos rendimentos daqueles jovens já empregados. Ou seja, há indícios de haver uma distinção racial na hora de conseguir o emprego, porém quando já empregado os salários são os mesmos dos jovens brancos.

Como a análise deste trabalho é feita para a região sul, é importante se observar as particularidades de cada estado, de forma a se promover políticas públicas mais adequadas

para os jovens no mercado de trabalho específico. Para trabalhos futuros seria interessante ainda, comparar essas características da região sul do país com as características das demais regiões, de forma a se ter um panorama mais geral da inserção dos jovens e seus rendimentos no mercado de trabalho brasileiro.

REFERÊNCIAS

BASTOS, R. L. A; MATOS, J. D. **A inserção ocupacional dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre**: principais características, mudanças e permanências. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, nov. 2007. (Texto para discussão).

BRAGA, T. S.; RODARTE, M. M. S. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Pesquisa & Debate**, v. 17, n. 1 (29), p.103-123, 2006.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics using Stata**. College Station: Stata Press, 692p. 2009.

EUROSTAT – EUROPEAN COMMISSION STATISTICS. **Statistics Database – 2012**. Disponível em: < <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>>. Acesso em maio de 2012.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens**: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2003.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 5 ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – 2011**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em outubro de 2012.

LOURENÇO, C. L. **Características da inserção ocupacional dos jovens no Brasil**. 2002. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. Salvador: **Caderno CRH**, v.21, n.54, p.533-550, 2008.

SARRIERA, J. C.; CÂMARA, S. G.; BERLIM, C. S. Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um programa de inserção ocupacional para jovens desempregados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n.1, 2000.

SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n.2, jul-dez, 2002 a.

SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. O trabalho e a escolaridade dos brasileiros jovens. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG, 2002. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, Ouro Preto, 2002 b.

SOUZA, N.R; *et.al.* **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. 2 ed. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, Centro de estatísticas e informações, 2003.

SZWARCWALD, C. L.; DAMASCENA, G. M. Amostras complexas em inquéritos populacionais: planejamento e implicações na análise estatística dos dados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n.1, p.38-45, 2008.